

# O CONFLITO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: GRANDES MOBILIZAÇÕES E REALINHAMENTO PARTIDÁRIO

## CONFLICT AS A POLITICAL STRATEGY: POLITICAL MOBILIZATIONS AND PARTY REALIGNMENTS

Vitor Vasquez\*

**Resumo:** Neste artigo foram analisadas três grandes mobilizações políticas no Brasil (o *Diretas Já*, o *Fora Collor* e as manifestações de junho de 2013) e o realinhamento partidário estabelecido após cada uma delas. Para tanto, tomei como referencial analítico a proposta de conflito político desenvolvida por Schattschneider (1975), explorando as ideias de expansão, contágio e consequências do conflito. A partir disso, procurei identificar as condições que possibilitaram o surgimento dessas mobilizações, bem como o desenrolar desses fenômenos e seus impactos no sistema político partidário. Argumento que, tanto nas *Diretas Já* quanto no caso Collor, o posicionamento das forças no conflito é mais claro, o que facilita a identificação dos fatores de expansão e contágio. Porém, no que diz respeito às jornadas de junho de 2013, a identificação das forças é menos elementar. Isso não impede, contudo, que se identifique, pelo menos por ora, o maior derrotado no realinhamento de força causado nesta última mobilização, qual seja, o PT.

**Palavras-chave:** Conflito político. Schattschneider. Mobilização política, sistema político, sistema partidário.

**Abstract:** In this article, I analyzed three political mobilizations in Brazil (*Diretas Já*; *Fora Collor*; and the protests occurred in June, 2013) and the party system realignment established after each one of them. To do so, I took as an analytical reference the proposal of political conflict developed by Schattschneider (1975), exploring the ideas of expansion, contagion, and consequences of the conflict. From this, I tried to identify the conditions that allowed the emergence of these mobilizations, as well as the process of these phenomena and their impacts on the party system. I argument that both in *Diretas Já* and in the Collor case the positioning of the forces in the conflict is clearer, which facilitates in the identification of the factors of expansion and contagion. However, regarding the June 2013 days, the identification of forces is less elementary. However, this does not prevent the identification, at least for the moment, of the greatest defeat in the realignment of force caused in this last mobilization, the PT.

**Keywords:** Political conflict. Schattschneider. Political mobilization. Political system. Party system.

---

\* Doutorando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp). Bolsista Fapesp (projeto nº 2016/10421-1). Membro do Grupo de Estudos Legislativos da Unicamp e do Grupo de Estudos em Políticas Brasileiras associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Polbras/CESOP – Unicamp). E-mail: [vitor.vasquez@gmail.com](mailto:vitor.vasquez@gmail.com)

## 1 Introdução

Manifestações políticas de grandes proporções desafiam a ordem do sistema político estabelecido e, por vezes, rearranjam o equilíbrio de forças de seus principais atores. Nessas mobilizações, o debate extrapola as vias institucionais mais clássicas, como a partidária, passando a abranger diretamente o público. Tais fenômenos conformam um rico campo de investigação à Ciência Política, pois são eventos complexos que produzem consequências marcantes para a população e para o sistema político envolvido nesses conflitos. Isso faz dessas grandes mobilizações objeto das mais diferentes análises dentro da disciplina, sendo abordado por variadas vertentes, cada qual partindo de seu referencial analítico. O pesquisador, ao estabelecer seu referencial, orienta também a conformação de sua unidade analítica. Consequentemente, define para qual objeto olhará ao investigar um determinado fenômeno. Schattschneider (1975) assume, como sua referência investigativa, o conflito político. Por adotar a estratégia do conflito como unidade de análise, sua perspectiva se apresenta especialmente adequada para se analisar grandes mobilizações políticas.

Partindo desse referencial, o objetivo deste artigo foi analisar três grandes mobilizações ocorridas no Brasil: *Diretas Já* (1984); *Fora Collor* (1992) e as manifestações de junho de 2013, tomando-as como conflitos políticos. Além disso, busquei identificar de forma exploratória e descritiva o realinhamento político-partidário que ocorreu após esses eventos. Para tanto, dois pressupostos foram guias deste trabalho: um dos elementos centrais da política é a propensão à propagação do conflito;<sup>1</sup> e o envolvimento do público – audiência – na disputa determina o grau de impacto e os resultados desse conflito (SCHATTSCHEIDER, 1975).<sup>2</sup> Segundo Schattschneider (1975), não é qualquer conflito que consegue se expandir a ponto de abranger grande parte da audiência. Os conflitos que conseguem essa proporção se sobrepõem às demais disputas presentes no sistema político institucional e, portanto, têm potencial para gerar um realinhamento das forças políticas do sistema. Nesse sentido, as três mobilizações supracitadas podem ser incluídas nesse modelo abstrato de conflito por conta de suas proporções e dos impactos que desencadearam.

Para que assumam tal proporção, um conflito deve contagiar a audiência de tal forma que se expanda por ela. Isso só é possível quando o conflito abrange as demandas mais relevantes dessa audiência. Os impactos de um conflito desse porte são fortes e, por vezes, imprevisíveis (SCHATTSCHEIDER, 1975). Por isso, a estratégia política de fazer com que um conflito desses se estabeleça no sistema é normalmente utilizada em última instância e, prioritariamente, pelo lado mais fraco dentro do equilíbrio de forças institucionais. Desse modo, as mobilizações foram analisadas buscando compreender quais condições levaram o lado mais fraco a adotar tal estratégia; como ocorreu o contágio e a expansão do conflito; e qual o resultado, em termos de alinhamento de forças partidárias, que o conflito causou.

No que diz respeito às mobilizações pelas eleições diretas, defendo que os opositoristas à ditadura conseguiram colocar a eleição direta para presidente como o principal conflito do

<sup>1</sup> “At the root of all politics is the universal language of conflict” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 2).

<sup>2</sup> “The audience determines the outcome of the fight” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 2).

sistema político naquele momento. Isso ocorreu em um contexto difícil para o governo autoritário, inclusive do ponto de vista partidário. O conflito se expandiu e abrangeu diferentes atores políticos que vislumbraram uma oportunidade de se apresentar ao sistema político enquanto protagonista viável. O resultado foi um novo alinhamento de força que favoreceu as principais lideranças do movimento *Diretas Já*, que se constituíram como principais agentes políticos do período de redemocratização.

Em relação ao *Fora Collor*, o conflito, colocado no cerne do sistema político, dividiu os atores que se posicionavam contra e a favor do então presidente. A oportunidade para que esse conflito assumisse o protagonismo veio com uma série de fracassos do governo e teve seu auge no deflagrar de um escândalo de corrupção. Novamente, seu poder de expansão foi amplo, sendo que dessa vez até estudantes foram sistematicamente abrangidos pelo conflito – os Caras Pintadas. O resultado ratificou as principais lideranças das mobilizações como principais forças políticas do sistema brasileiro – incluindo novos atores e consolidando outros mais experientes.

Já as manifestações de junho de 2013 conformam um conflito menos transparente, até pela proximidade dos acontecimentos. As condições de sua inserção no sistema político não são claras, pois nascem de protestos menores contra o aumento de passagem. Porém, conforme ganhou maiores proporções, colocou em xeque a classe política como um todo. Nessa dinâmica, esse conflito se sobrepôs aos demais e abalou as estruturas do atual sistema político. A polêmica cassação da presidente Dilma e o forte abalo sofrido pelo seu partido (PT), demonstrado pelos resultados eleitorais das disputas locais de 2016, estão entre seus efeitos. Mas o conflito parece ainda vivo e com capacidade para transformar ainda mais o arranjo institucional. Isso deixa em aberto a análise final de suas consequências, inclusive no que diz respeito ao realinhamento de forças por ele provocado.

O artigo está dividido em três etapas. Inicialmente, foi feito um debate teórico, focando especificamente nos desenvolvimentos conceituais de Schattschneider (1975). Nessa etapa, discuti a ideia de contágio, de expansão e de consequências do conflito. A partir disso, analisei cada uma das mobilizações em questão – *Diretas Já* (1984); *Fora Collor* (1992) e as manifestações de junho de 2013 –, tendo o debate teórico anterior como pano de fundo. Por último, elaborei algumas considerações finais para identificar limites e possibilidades das investigações desenvolvidas.

## 2 Conflito: contágio, expansão e resultado

Tomar o conflito como referencial analítico do fenômeno político implica pressupor que qualquer atividade política é desenvolvida a partir do conflito. Em condições típicas, os conflitos políticos não se expandem à audiência, restringindo-se às instituições políticas mais tradicionais. Assim, o conflito político normalmente possui poucos personagens envolvidos em seu cerne e uma audiência potencialmente participante ao seu redor (SCHATTSCHEIDER, 1975). Portanto, para compreender a dimensão que um conflito alcança, é necessário assimilar que relação há entre os competidores e a audiência. Conforme Schattschneider (1975, p. 3, tradução nossa), “a moral disto é, se uma briga começa, observe a multidão, porque a multidão desempenha o papel decisivo”.

Schattschneider (1975, p. 2-4) estabelece três proposições que se inter-relacionam para a análise do conflito político. A primeira delas trata do alcance de contágio do conflito, admitindo que o resultado de todo conflito é determinado pelo grau de envolvimento de sua audiência. Assim, quanto mais o público se envolver no conflito, mais impacto esse conflito poderá causar ao sistema político. Ao analisar conflitos que permeiam grandes mobilizações e, portanto, envolvem uma grande audiência, este artigo investiga três exemplos de conflitos cujo contágio teve amplo alcance, o que causou consequências impactantes ao sistema político institucional.

A segunda proposição refere-se à expansão do conflito, assumindo que “a estratégia mais importante de política diz respeito à abrangência do conflito” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 3, tradução nossa). Ela deriva da primeira, pois um conflito só se expandirá significativamente, perante sua audiência, se for altamente capaz de contagiá-la. Essa segunda proposição tem um impacto importante para o sistema político, já que, uma vez socializado, ou seja, uma vez que o conflito abrange sua audiência, o público passa a fazer parte dele enquanto competidor. Consequentemente, em conflitos com essa característica, os participantes originais perdem o controle sobre seus resultados,<sup>3</sup> que se tornam mais imprevisíveis.

Isso conduz à terceira e última proposição para análise do conflito político, qual seja, a que se refere ao seu resultado. Um conflito terá como resultado sempre um lado vitorioso e outro derrotado. Quando ele se expande, deve-se verificar qual dos desafiantes originais conseguiu conquistar a maior parte da audiência que se envolveu (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 4). Essa adesão, ou exclusão, de parte significativa da audiência frequentemente determina o lado ganhador e o derrotado do conflito, o que potencialmente levará a um realinhamento das forças político-institucionais inicialmente envolvidas no conflito. Em suma, é possível estabelecer três dimensões de um dado conflito político: (1) o alcance público do conflito: contágio; (2) o grau de participação da audiência: expansão, e (3); o realinhamento político causado pelo conflito: resultado. Lançar mão dessas três dimensões analíticas permite que se perpassasse as causas, a dinâmica e as consequências políticas das mobilizações investigadas.

Para que o contágio do conflito ocorra, visões políticas variadas e conflitantes devem concorrer na cena política. Isso faz da competitividade um mecanismo potencial de contágio. “Por outro lado, qualquer tentativa de monopolizar a política é quase por definição uma tentativa de limitar a abrangência do conflito” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 16, tradução nossa). No entanto, para que o conflito se expanda até o público, mais do que preferências políticas diferentes e competitivas que permitam o contágio, a audiência deve ter acesso aos debates dessa competição. Ou seja, se por um lado a divergência de ideias é condição necessária ao contágio do conflito, a visibilidade dessas propostas é um fator necessário para sua expansão. Como o contágio e a expansão do conflito estão condicionados à competição de visões políticas e à adesão da audiência a um dos lados dessas visões, a abrangência de um conflito político não é, *a priori*, nem boa nem ruim. Quem determinará esse juízo será o próprio público, que, neste processo, passa a ser ativo no conflito. Assim, segundo Schattschneider (1975, p. 18, tradução nossa),

Conflito político não é como um jogo de futebol, disputado num campo

<sup>3</sup> Schattschneider (1975, p. 15) argumenta que “the expansion of the conflict may have consequences that are extremely distasteful to the original participants”.

medido por um número fixo de jogadores na presença de uma audiência escrupulosamente excluída do campo de jogo. Política se parece muito mais com o jogo de futebol primitivo original no qual todo mundo era livre para se juntar, um jogo no qual toda a população de uma cidade movia-se livremente para frente e para trás pelo campo.

Uma perspectiva de conflito que assume a audiência como possível participante do jogo político acrescenta o público como disponível para além dos atores que institucionalmente já participam. A capacidade desses atores tradicionais em incluir a audiência com suas ideias influencia no sucesso ou fracasso de suas propostas para o resultado do conflito. Isto é, a abrangência do conflito – seu contágio e sua expansão – é reflexo do grau de organização política dos atores institucionais, em especial dos partidos políticos,<sup>4</sup> e do alcance da competição política (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 20). Quanto mais organizados os atores políticos originais e quanto maior o alcance da competição, mais abrangente tende a ser o conflito.

A expansão do conflito pode ser pretendida por qualquer um dos competidores políticos, mas, na medida em que se expande, suas consequências vão saindo de controle. Essa imprevisibilidade de resultado torna a expansão do conflito uma alternativa desejável principalmente para os atores que desejam alterar o *status-quo*, fazendo com que o lado mais forte do equilíbrio de força tenha pouco interesse na socialização de um conflito. Afinal, se o balanço de força não for alterado, esse lado continuará mais forte e com maiores perspectivas de sucesso ao final de cada conflito. Por outro lado, caso se altere, há possibilidade de que o lado mais forte deixe de ter essa condição após a expansão do conflito. Assim, “é o fraco, não o forte, que apela pela ajuda da autoridade pública” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 40, tradução nossa).

Como é sempre o lado o mais fraco que tem interesse em socializar o conflito, isso não ocorre o tempo inteiro. Pois o lado mais forte, justamente por ser o mais forte, possui mecanismos para evitar que o contágio e a expansão de um conflito abranjam grandes proporções. Para que o lado mais fraco tenha sucesso nesse processo – e isso não garante sucesso no resultado do conflito –, ele deve ser capaz de oferecer um conflito à audiência que seja, ao mesmo tempo, atrativo ao público e favorável ao seu lado. Nessa dinâmica, existem vários conflitos disponíveis na cena política. Escolher o momento ideal e o conflito mais adequado para ser socializado é o desafio de quem deseja desafiar o *status quo*. Para tanto, o desafiante deve, a um só tempo, propor esse conflito adequado e fazer com que ele se sobreponha aos demais conflitos disponíveis, isto é, precisa ser capaz de deslocar o conflito escolhido ao centro da competição política. Assim, a expansão do conflito está relacionada também ao deslocamento da natureza do conflito, o que

---

<sup>4</sup> Schattschneider confere um peso especial aos partidos políticos em seu desenvolvimento argumentativo. Por um lado, o autor está discutindo com os pluralistas, que conferem protagonismo aos grupos de pressão. Segundo ele, os partidos são as únicas organizações políticas capazes de agregar vários tipos de interesses, congregando grupos diversos. Dessa forma, os grupos de pressão articulariam política somente em pequena escala, ao contrário dos partidos que podem fazer isso em proporções nacionais (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 34-35). Além disso, não se trata apenas de tamanho de grupo, mas também da especificidade dos partidos enquanto organização política. Por esse lado, a crítica agora é direcionada aos teóricos da escolha racional (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 57). Por isso, os partidos não podem ser comparados a outras organizações, pois possuem interesses específicos e exclusivos além de proporções maiores que os demais grupos políticos. Afinal, “*they are the only organizations that can win elections*” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 57).

pode promover novas conformações de maiorias e, conseqüentemente, nova alocação de poder (SCHATTSCHNEIDER, 1975, p. 61).

A política, portanto, é um jogo cujo resultado depende de qual conflito, dentre inúmeros possíveis, é o dominante no momento. Dependendo do tipo de clivagem que o conflito gera, um tipo diferente de maioria pode se formar, fazendo com que o sistema político se realinhe de uma ou de outra maneira (SCHATTSCHNEIDER, 1975, p. 60). Ao se alterar o conflito principal de um sistema político, embora o universo desse sistema permaneça o mesmo, o posicionamento das pessoas em relação ao conflito se transforma. Conseqüentemente, “a evolução de um grande conflito (importante o suficiente para demandar mobilização de forças opostas) envolve um esforço para consolidar pessoas nos dois lados” (SCHATTSCHNEIDER, 1975, p. 62, tradução nossa).

Ao se deslocar um novo conflito ao centro do jogo político e fazer com que ele contage e se expanda à uma ampla audiência, demanda-se que quantidade significativa de energia seja gasta por ambos lados da competição. Pois não só o novo conflito precisa tomar o lugar de prioritário no sistema político, como também deve inibir o surgimento de outros conflitos concorrentes (SCHATTSCHNEIDER, 1975, p. 63). Desse modo, o lado desafiante se esforçará para imputar o novo conflito, ao passo que o lado desafiado tentará manter o conflito anterior, que não contagiava e nem se expandia ao público. Disso resulta que a ocorrência de outro conflito principal depende de um outro alinhamento nas relações e nas prioridades dos envolvidos, incluindo aqueles que estão na audiência. Por esse ponto de vista, pode-se compreender que não só os atores políticos, mas também os conflitos competem entre si em busca do status de prioritários. Para que haja um novo conflito, esse deve vencer e prevalecer sobre o conflito anterior. Assim,

O novo conflito só pode se tornar dominante se o antigo for subordinado, ou obscurecido, ou esquecido, ou perder sua capacidade de excitar os concorrentes, ou se tornar irrelevante. Como é impossível manter o antigo e cultivar o novo ao mesmo tempo, *as pessoas devem escolher entre conflitos*. Em outras palavras, conflitos competem entre si (SCHATTSCHNEIDER, 1975, p. 63, tradução nossa).

A competição entre conflitos acrescenta um elemento às estratégias dos atores políticos para além daqueles elementos restritos à disputa do conflito, qual seja a decisão sobre qual conflito propor. As sociedades modernas possuem uma gama infinita de conflitos disponíveis, mas apenas alguns deles possuem a capacidade de se expandir a ponto de abranger uma vasta parcela da audiência (SCHATTSCHNEIDER, 1975, p. 64). Desse modo, o conflito escolhido deve ser capaz de contagiar e de se expandir à audiência. Deve, além disso, ser potencialmente favorável ao lado proponente. Por essa perspectiva, a chave do jogo político é, antes de tudo, baseada em estratégias de condução de conflitos. Em situações normais, as instituições são os meios pelos quais esses conflitos são manejados e, ao fazerem essa canalização de demandas, as instituições hierarquizam os conflitos (SCHATTSCHNEIDER, 1975, p. 70). Por essa razão o público não participa ativamente dos conflitos rotineiros que, por sua vez, não desafiam gravemente o *status quo*.

No entanto, quando um conflito substitui o anterior e se expande de sobremaneira, as situações deixam de ser normais. Isto faz com que se realinhe a hierarquização de conflitos que até então prevalecia nas instituições. Assim, quando a parte mais fraca consegue deslocar o conflito do sistema político, fazendo com que esse se expanda até alcançar a audiência, os controles institucionais podem não ser mais suficientes. Nesse sentido, “a substituição de conflitos é o mais devastador tipo de estratégia política” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 71, tradução nossa), o que torna o deslocamento do conflito algo custoso e difícil, mas não impossível. É justamente essa possibilidade, ainda que pequena, que torna o sistema político algo dinâmico, no qual um novo alinhamento de conflito principal possibilita um novo alinhamento de força e de maioria.

Neste artigo, assumo que as grandes mobilizações aqui investigadas deslocaram a prioridade das disputas e se tornaram o principal conflito do sistema político. Esses conflitos, abarcados por essas mobilizações, lograram êxito em se socializar, pois foram capazes de contagiar e se expandir à audiência, produzindo um realinhamento de forças no sistema partidário. Com isso, cada uma das mobilizações foi analisada focando não só o contágio e a expansão dos novos conflitos, mas também os resultados gerados por eles, identificando o novo alinhamento político já estabelecido.

### 3 Diretas já!

No início dos anos 1980, problemas de origens diversas assolavam o regime autoritário, gerido à época pelo presidente João Figueiredo. Um dos principais ministros do governo, Delfim Netto, responsável pela pasta do planejamento, estava em cheque.<sup>5</sup> No plano partidário, um forte golpe fora desferido no ano anterior. Nas eleições disputadas em 1982, que marcaram o retorno do voto direto para líder do Executivo estadual, “os partidos de oposição receberam 56,8% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, 57,9% para o Senado e 58,5% para governador” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 27). Diante desses acontecimentos, não só o regime autoritário se encontrava com sua legitimação fragilizada, como o jogo partidário se mostrava cada vez mais competitivo. Essas condições conformaram um cenário viável e pertinente para que um novo conflito assumisse o protagonismo do sistema político. Em oposição ao regime – parte mais fraca desse equilíbrio de forças –, restava o desafio estratégico de escolher qual conflito seria capaz de contagiar a audiência, expandir-se ao público e garantir o apoio de uma maioria que gerasse um realinhamento de forças no sistema.

O conflito escolhido pela oposição fora pelo próprio fim institucional da ditadura e pela instauração da democracia, pelo menos do ponto de vista procedimental, pois ele se formalizava pela proposição de eleições diretas para a escolha do próximo presidente. Em 1983, o então

<sup>5</sup> “[...]1983 foi o ano dos escândalos financeiros: o caso da corretora Delfin, a quebra do montepio Capemi e do conglomerado financeiro Coroa-Brastel, e o ‘caso das polonetas’, no qual o secretário-geral da Secretaria de Planejamento (Seplan), Flávio Pécora, foi acusado pela imprensa de se beneficiar da negociação de uma dívida da Polônia para com o Brasil. As denúncias de irregularidades acabaram provocando forte erosão na credibilidade do governo e, sobretudo, do ministro [do planejamento] Delfim Netto” (RODRIGUES, 2003, p. 26).

jovem deputado federal Dante de Oliveira elaborou uma emenda à Constituição que desencadeou uma série de manifestações que pressionariam definitivamente o regime autoritário. A Emenda Constitucional nº 5, que ficou conhecida pelo nome de seu propositor, tinha uma sugestão tão simples e direta quanto impactante. Seu teor dispunha sobre a eleição direta para presidente e vice-presidente da república:<sup>6</sup>

Art. 1º Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

“Art. 74 O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.”

Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de Novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial.

“Art. 148 O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.”

Art. 2º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o § 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu § 2º a constituir-se parágrafo único (EC 05/1983).

Ainda em 1983, foi dado início o processo de deslocamento para um novo conflito, a partir de um grande comício ocorrido em novembro na cidade de São Paulo – Comício do Pacaembu –, que já trazia palavras de ordem que desafiavam o governo autoritário.<sup>7</sup> O evento, organizado pelo PT e com participação de alguns notáveis do PMD – maior partido de oposição naquele período –, possuía frentes heterogêneas capazes de estabelecer uma nova maioria. Contudo, é no início de 1984 que o novo conflito, nesse momento já centrado exclusivamente na emenda, é capaz de se socializar, abrangendo vários setores da audiência. Segundo Rodrigues (2003, p. 39),

Janeiro de 1984 trouxe consigo novos espaços de confrontação política. Os comícios e manifestações de massa se constituíram, de fato, como grandes momentos para a emergência da dimensão societal do conflito. Estabeleceu-se um quadro político em que os vértices fundamentais passaram a ser a sorte da Emenda Dante de Oliveira (em tramitação na Câmara) e as possibilidades da campanha em crescimento nas ruas, sendo que este último aspecto passava a significar uma substancial ampliação das arenas de jogo e dos recursos disponíveis à ação.

A estratégia de contágio e expansão lograra sucesso e logo partes diversas da sociedade aderiram ao conflito recém-deslocado ao centro do sistema político. O contágio foi rápido e diversos atores estatais e não estatais, com demandas gerais distintas, alimentaram a mesma

<sup>6</sup> Conforme texto publicado no Diário do Congresso Nacional nº 468, edição de terça-feira, 19 de abril de 1983 (BRASIL, 2015).

<sup>7</sup> As demandas iam de eleições para presidente até contra a interferência dos EUA nos governos latino-americanos – “Por eleições livres e diretas para presidente. Contra o arrocho e o desemprego. Fora FMI. Contra a agressão dos EUA aos povos da América Latina” (KOTSCHO, 1984, p. 28).

chama pelas ruas do Brasil. Participaram dos atos cidadãos comuns, políticos de diferentes partidos oposicionistas, atores, atletas de futebol etc. A rápida propagação dos comícios e seu impacto sobre a opinião pública tornaram obrigatório, mesmo aos oposicionistas mais moderados, um posicionamento a favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira (RODRIGUES, 2003, p. 44). O êxito foi tão grande que os líderes das três principais forças oposicionistas, Lula – PT, Ulysses – PMDB e Doutel de Andrade – PDT, dirigiram, entre os dias 13 e 20 de fevereiro de 1984, a caravana pelas diretas, partindo de vários estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, rumo à Brasília. Nessa fase, o conflito já estava expandido e tinha mobilizado todo país a se posicionar em torno da forma de definição do presidente e, conseqüentemente, sobre a própria sorte do regime então vigente.

Sentindo-se ameaçado pelo novo alinhamento de força que esse conflito poderia gerar, o lado governista não demorou a responder. A primeira reação se deu por parte do então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (ACM), liderança política do PDS, partido situacionista. ACM até admitia as eleições diretas para presidente, “mas não imediatamente, e sim para o sucessor de Figueiredo” (RODRIGUES, 2003, p. 51). A preocupação dos situacionistas crescia na medida em que o conflito ganhava abrangência cada vez maior, o que fez com que o PDS fosse acionado para entrar de vez em cena. Os militares então convocaram o partido de sua base e anunciaram sua posição de não abrir mão da sucessão presidencial via Colégio Eleitoral. Ou seja, para o governo, a emenda Dante de Oliveira não poderia passar. A fim de evitar a aprovação da emenda, os militares foram taxativos na urgência de uma união interna do PDS. Caso contrário, a derrota seria inevitável (RODRIGUES, 2003, p. 51). O regime, porém, não apertou na violência como fizera em anos anteriores. Ao contrário, desta vez optara por não se opor à votação da emenda, apostando na parca chance de sucesso da oposição no Congresso.

Ainda que a emenda passasse pela Câmara, as possibilidades de aprovação no Senado eram mínimas. Mesmo assim não havia certeza sobre o resultado de sua votação, e a dúvida perseguia os governistas. Em 8 de março de 1984, confirmou-se a data de votação da proposta para 25 de abril do mesmo ano. A partir dali, cabia aos dois lados do conflito pensar nas estratégias para aderir a maioria da audiência para o seu lado. Conforme destaca Rodrigues (2003, p. 58), “fixada a data da votação, cada protagonista do conflito tinha pela frente 48 dias para traçar e executar sua estratégia. Uns apostando no crescimento e/ou na radicalização da campanha, outros em seu esvaziamento”.

Nesse período, o novo conflito já dava mostras de que seria decisivo para um realinhamento de forças políticas no país, pois, durante o processo, surgiram alguns rachas partidários, tanto entre os oposicionistas quanto entre os governistas. Do lado da oposição, a competição entre as lideranças do movimento se acirrou, e alguns membros do PMDB iniciaram, contra a vontade dos autênticos,<sup>8</sup> uma negociação interna de sucessão, antes mesmo da votação da emenda. Pelo lado governista, a coisa também não era unânime, e uma cisão interna no PDS – que dois anos depois faria nascer o PFL – já era visível naquele período. As fichas estavam

<sup>8</sup> Já na década de 1970 havia uma separação no então MDB entre os autênticos, liderados por Ulysses Guimarães e os moderados, encabeçados por Tancredo Neves. “Entre os autênticos que orbitavam em torno de Ulysses contra os ‘moderados’ de Tancredo Neves, destacavam-se ainda Mário Covas, Franco Montoro, Lysâneas Maciel” (BRASIL, 2012).

lançadas, mas o comportamento inesperado de algumas lideranças tornava as consequências do conflito ainda mais imprevisíveis.

A apoteose do conflito, parafraseando o termo de Kotscho (1984, p. 91), ocorrera em 10 de abril. Nessa data aconteceu no Rio de Janeiro o evento cuja famosa concentração na Candelária marcou profundamente as manifestações pelas Diretas. No entanto, mesmo com toda a mobilização pela sua aprovação, na votação de 25 de abril a emenda fora derrotada: 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 ausentes. Os números foram insuficientes para aprovar uma emenda constitucional, que exigia 2/3 de votos a favor, ou seja, pelo menos 320 deputados. Mas um sinal de realinhamento político já era percebido a esta altura: dos 235 deputados do PDS, somente 65 votaram contra, 3 abstiveram-se, 112 não compareceram e 55 foram a favor da emenda. A base governista e seu partido estavam rachados.

A primeira eleição que ocorreu após este conflito foi em 1986. Não podendo escolher seu presidente, os eleitores iriam às urnas para definir outros cargos. Esta disputa serviu como um bom termômetro do realinhamento das forças partidárias que o conflito havia gerado. Em termos de deputados federais, os dados da tabela 1 indicam que os principais partidos a encabeçarem o contágio e a expansão do novo conflito aumentaram o número de cadeiras, quando se compara com o desempenho eleitoral obtido em 1982. O PDT passou de 23 para 24 deputados; o PT subiu de 8 para 16 e; o PMDB ampliou em 60 parlamentares sua bancada, passando de 200 para 260. Em contrapartida, o situacionista PDS mingou seu quadro de 235 para 33 deputados. Ainda que boa parte desse número tenha migrado para seu dissidente, PFL – que elegera 118 parlamentares –, os dois partidos juntos elegeram somente 151 deputados federais. O PDS, que outrora possuía 49,1% da Câmara, passara a ter, somando com o PFL, somente 31%.

Tabela 1 - Conquistas partidárias na Câmara dos Deputados: eleições de 1982 e 1986

PARTIDO	1982		1986	
	N cadeiras	% cadeiras	N cadeiras	% cadeiras
PDS	235	49.1%	33	6.8%
PMDB	200	41.8%	260	53.4%
PDT	23	4.8%	24	4.9%
PTB	13	2.7%	17	3.5%
PT	8	1.7%	16	3.3%
PFL	-	-	118	24.2%
PL	-	-	6	1.2%
PDC	-	-	5	1.0%
PCB	-	-	3	0.6%
PCdoB	-	-	3	0.6%
PSB	-	-	1	0.2%
PSC	-	-	1	0.2%
<b>TOTAL</b>	<b>479</b>	<b>100%</b>	<b>487</b>	<b>100%</b>

Fonte: Nicolau (1998).

Apesar de não ter sido aprovada, a emenda Dante de Oliveira deslocou um novo conflito que impactou o sistema político. Os partidos oposicionistas ganharam ainda mais força nesse

período, ao longo do qual o regime autoritário fora finalmente empurrado para o seu fim. O clamor democrático seria atendido com a realização da primeira eleição direta para presidente desde 1960. Ela aconteceu em 1989, mas houve pouco tempo para euforia, pois logo o recém-instaurado regime democrático viu-se em situação turbulenta. O presidente vencedor da disputa, Fernando Collor de Mello, partidário do pequeno PRN<sup>9</sup>, antes mesmo de terminar seu mandato tornou-se alvo dos Caras Pintadas, representantes-símbolo das novas mobilizações que assolariam o país. O movimento *Fora Collor* representou um novo capítulo dos conflitos que tomam de assalto a cena política e são capazes de influenciar o equilíbrio das forças partidárias do sistema.

## 4 Fora Collor

“Ao final dos anos 80 (a chamada ‘década perdida’), formara-se no Brasil uma forte convicção de que somente a autonomia decisória de um presidente legitimado pelo voto direto começaria a repor o país nos eixos” (LAMOUNIER, 1991, p. 23). O desgaste da situação econômica e a incredibilidade populacional em torno de alguma solução eficaz eram os principais desafios da equipe do presidente que se elegeu em 1989. Instabilidade e estagnação se combinavam com números alarmantes de inflação, que durante toda a década de 1980 alcançou os três dígitos. Esse era o contexto econômico da eleição, decidida apenas em segundo turno, com vantagem de 4 milhões de votos a favor de Fernando Collor de Mello contra seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva. Por essa pequena margem de somente 6% dos votos válidos (NICOLAU, 1998), a coligação de direita composta por PRN, PST e PSL derrotou a coligação esquerdista encabeçada pelo PT, que contava com PSB e PCdoB como aliados.

Quando Collor tomou posse do Executivo, em 1990, a composição parlamentar – assim como a situação econômica – não era confortável, mas permitia alguma margem de manobra. Na Câmara, os partidos conservadores, com maior tendência a compor a coalizão, ocupavam 51,2% das cadeiras; no Senado, porém, a negociação seria árdua. Embora os conservadores tivessem eleito 59,3% das vagas disponíveis, eles ainda sentiam o golpe das eleições ocorridas em 1986, após o movimento pelas diretas, que decidiu 2/3 da composição senatorial. Em 1990 os partidos conservadores elegeram 20,4% dos senadores, suficiente para preencherem somente 45,7% dos assentos (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 48-49).

A coalizão governista formada pelo PRN possuía pouco mais do que a maioria dos assentos da Câmara e enfrentava uma oposição que agia de forma disciplinada. Por isso, em vários momentos, mesmo com a coalizão atuando de forma coordenada, o governo sofreu derrotas importantes, principalmente quando o PMDB não o apoiava (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 120). Diante desse contexto, as margens de erro do Executivo eram restritas. Ainda assim, os erros não foram poucos. O primeiro ato do governo Collor foi desastroso. O conjunto de reformas econômicas chamado de *Plano Collor I* foi feito para estabilizar, mas o efeito foi totalmente

<sup>9</sup> “PRN – Partido da Reconstrução Nacional. Criado por Fernando Collor de Mello como veículo para concorrer à Presidência. Praticamente desapareceu depois do impeachment de Collor em 1992. Conhecido anteriormente, e por pouco tempo, como PJ, Partido da Juventude” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 32).

desestabilizante, principalmente porque o plano “confiscava a poupança e as contas bancárias, propriedade privada garantida por lei” (TATAGIBA, 1998, p. 38).

Com pouca margem de ação e, nas escassas oportunidades, agindo de forma errática, a condição para propor um novo conflito capaz de se sobrepor aos demais desenhava-se cada vez mais clara aos oposicionistas de Collor. A insatisfação com o governo parecia generalizada. A inflação insistia em permanecer alta, os empresários não suportavam as elevadas taxas de juros, os sindicatos lutavam contra o arrocho salarial e o índice de desemprego era alarmante (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994, p. 61). O descontentamento, que permeava as mais diferentes camadas da população, chegou à coalizão governista, que ficava cada dia mais difícil de ser articulada. A situação do governo ficaria ainda mais delicada com o desenvolver dos acontecimentos. Em fevereiro de 1991, mediante o fracasso do primeiro, um novo pacote econômico entrou em vigor, o *Plano Collor II*. Ainda que a Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, não usasse a expressão congelamento, era disto que se tratava. Porém, a medida congelava não só os preços, mas também os salários (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994, p. 63-64). Novamente o resultado foi desastroso, tanto que a ministra foi exonerada do cargo em maio de 1991.

A última cartada econômica do governo estava programada para o começo de 1992. A proposta era de uma ofensiva para privatizar as estatais brasileiras, mas não houve tempo para isso, pois um novo conflito se socializaria e determinaria a sorte do presidente Collor. No mês de abril de 1991 fora deflagrada uma crise política que tiraria de foco a controversa estratégia econômica do governo Collor e colocaria em seu lugar uma grande rede de corrupção, que faria a sociedade civil clamar por “ética na política”. A mudança da chave do conflito foi a oportunidade da oposição para confrontar de vez o então presidente. O desafio posto era o de como criar condições de contágio capazes de expandir o conflito de forma a abranger a maior parte possível da opinião pública.

A partir de uma série de denúncias feitas pelo irmão do presidente,

[...] no dia 26 de maio, por solicitação dos parlamentares do PT, o Congresso Nacional instaurou uma CPI para apurar as denúncias de Pedro Collor. O deputado Benito Gama (PFL-BA) foi escolhido presidente e o senador Amir Lando (PMDB-RO) relator da comissão (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994, p. 91).

O deflagrar da crise política, inserido no contexto social e econômico do país, deslocou o conflito anterior do cerne do sistema político e possibilitou a proposição de um novo, capaz de contagiar e se expandir à audiência.

Um dos principais braços da oposição ao presidente neste conflito foi o Movimento pela Ética na Política (MEP), que, segundo Tatagiba (1998, p. 102-103), era composto por atores bastante heterogêneos – institucionais e não institucionais – que se uniam pelo *impeachment* de Collor. Partidos como PT, PMDB e PSDB participaram – mobilizados pelos seus líderes – do movimento pelo afastamento do chefe do Executivo Nacional. Na arena externa ao Congresso, entidades como CUT e OAB destacaram-se na difusão das mobilizações. As vozes desse coro

foram tão variadas que, em sua primeira fase, o MEP contou com 45 entidades (TATAGIBA, 1998, p. 109) e, pelo menos, sete partidos: PDT, PSB, PT, PCdoB, PMDB, PSDB e PPS. Isso demonstra o poder de contágio e a capacidade de expansão do conflito, que neste momento prevalecia no sistema político brasileiro. Além dos atores políticos mais tradicionais – como os partidos e as entidades de classe – o conflito abrangeu outras parcelas da sociedade civil. Nesse âmbito, os estudantes assumiram um papel fundamental de adesão, ficando conhecidos como os Caras Pintadas. As passeatas promovidas por eles, entre agosto e setembro de 1992, contra o governo Collor foram a grande novidade dessas mobilizações. A UNE, liderada pelo seu então presidente Lindberg Farias, foi um dos grandes vetores dessas manifestações que carregavam nos jovens rostos as cores verde e amarela da bandeira nacional.

A votação do *impeachment* na Câmara ocorreu no dia 29 de setembro de 1992 e foi uma derrota estrondosa imposta ao presidente. A imensa maioria dos deputados, 448, votou a favor do *impeachment* de Collor. Com o contexto desfavorável na Câmara, o presidente renunciou, deixando seu cargo aberto para que o seu vice, Itamar Franco, assumisse. Ainda assim, o Senado levou a cabo a votação e deixou Collor inelegível por oito anos. O conflito fora vencido pela oposição.

Um dos resultados mais notáveis do conflito foi o surgimento de novos nomes políticos no sistema, além da consolidação de outras figuras mais experientes. Como novo ator, destaca-se o então presidente da UNE, importante liderança dos Caras Pintadas. Lindberg Farias elegeu-se, com apenas 24 anos, como o segundo deputado federal mais bem votado do PCdoB nas eleições de 1994. Do ponto de vista de fortalecimento de políticos mais experientes, destaca-se a guinada de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nessa mesma eleição, FHC fora eleito presidente do Brasil logo em primeiro turno. Ele assumira posição de protagonista como ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco, quando levava a cabo o *Plano Real*, muito exitoso em sua meta anti-inflacionária. A disputa eleitoral ocorrera principalmente contra Lula, que novamente amargou a segunda colocação.

Na eleição parlamentar, PT – que passou a ser o partido de esquerda com mais deputados eleitos, ultrapassando o PDT – e PSDB figuraram definitivamente entre as principais forças partidárias do país. Os partidos mostraram que tinham potencial para atuar entre os grandes da política nacional. Outro destaque, quando comparamos os dados de 1994 em relação ao pleito de 1990, descritos na Tabela 2, é a meteórica ascensão e queda do PRN. O partido que quatro anos antes elegera o presidente e 40 deputados federais, encontrava-se no ostracismo após o *impeachment*, reduzindo seu quadro para apenas um deputado eleito.

Tabela 2 - Conquistas partidárias na Câmara dos Deputados: eleições de 1990 e 1994

PARTIDO	1990		1994	
	N cadeiras	% cadeiras	N cadeiras	% cadeiras
PDS/ PPR	42	8.3%	52	10.1%
PMDB	108	21.5%	107	20.9%
PDT	46	9.1%	34	6.6%
PTB	38	7.6%	31	6.0%

PARTIDO	1990		1994	
	N cadeiras	% cadeiras	N cadeiras	% cadeiras
PT	35	7.0%	49	9.6%
PFL	83	16.5%	89	17.3%
PL/ PR	16	3.2%	13	2.5%
PDC	22	4.4%	-	-
PCB/ PPS	3	0.6%	2	0.4%
PCdoB	5	1.0%	10	1.9%
PSB	11	2.2%	15	2.9%
PSC	6	1.2%	3	0.6%
PRN	40	8.0%	1	0.2%
PSDB	38	7.6%	62	12.1%
PRS	4	0.8%	-	-
PTR/ PP	2	0.4%	36	7.0%
PST	2	0.4%	-	-
PMN	1	0.2%	4	0.8%
PSD	1	0.2%	3	0.6%
PV	-	-	1	0.2%
PRP	-	-	1	0.2%
<b>TOTAL</b>	<b>503</b>	<b>100%</b>	<b>513</b>	<b>100%</b>

Fonte: : Nicolau (1998).

Após esse período, o cenário de pessimismo instaurou-se e pairavam dúvidas sobre a capacidade e a estabilidade das instituições políticas brasileiras. Porém, o realinhamento de forças, causado pelo conflito político ratificado após as eleições de 1994, possibilitou o esfriamento dos ânimos. Com a manutenção do sucesso de controle inflacionário do *Plano Real* e a bem lograda coalizão entre PSDB e PFL, “ambas as relações políticas, horizontal (Executivo-Legislativo) e vertical (presidente-governadores), pareciam estar muito melhor coordenadas do que antes” (POWER, 2010, p. 21, tradução nossa). A partir de meados da década de 1990, o sistema político já inspirava confiança. Algumas respostas para possíveis saídas em relação à dificuldade da governabilidade foram encontradas na própria Constituição de 1988 e no posterior rearranjo do Legislativo (POWER, 2010, p. 22). Segundo Figueiredo e Limongi (2001), os poderes legislativos conferidos ao Executivo pela Constituição Federal de 1988 e a coordenação política via líderes partidários foram fundamentais nesse sentido. Esse novo alinhamento político polarizou as disputas para presidente entre PT e PSDB. Após 1994, FHC voltou a ser eleito em 1998. De 2002 em diante, o Executivo nacional ficou a cargo do PT: duas vezes com Lula, em 2002 e 2006; e duas com Dilma Rousseff, em 2010 e em 2014. Porém, se até então o clima era de estabilidade do conflito, os ventos parecem ter mudado desde junho de 2013.

## 5 Manifestações de junho de 2013

As jornadas de junho de 2013 foram deflagradas após seguidas manifestações contra o aumento, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, da passagem de ônibus na cidade de São Paulo. A capa do Caderno Cotidiano da Folha de São Paulo de 7 de junho de 2013 definia da seguinte forma o primeiro ato: “Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP” (PROTESTO..., 2013). O texto afirmava que a “PM utilizou balas de borrachas e gás para tentar conter depredação”. Ainda segundo o jornal, durante a manifestação, foram contabilizados 15 detidos e 3 feridos.

A liderança do evento ficou a cargo do Movimento Passe Livre (MPL), composto, segundo o editorial, por “alas mais radicais do movimento estudantil e de partidos como PSOL e PSTU”. O diário informou ainda que as 2 mil pessoas que foram à Avenida Paulista protestavam contra o aumento em 20 centavos na tarifa do ônibus, reajuste que, de acordo com o jornal, era “bem abaixo da inflação”. Os protestos continuaram na capital paulista, mas a dimensão deles ainda era local. No dia seguinte, 8 de junho, sua veiculação seguia no Caderno Cotidiano do mesmo jornal, que noticiara: “novo ato contra tarifa faz até colégio fechar mais cedo” (NOVO..., 2013). O teor permaneceu em torno da legitimação da ação da PM paulista contra “atos de vandalismo” dos manifestantes, visão que parecia ser compartilhada pelas autoridades desafiadas como o então prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) que “defende ação da PM para tirar protestos de vias” (BERGAMIM JR., 2013).

Dado a persistência dos protestos, em 11 de junho o ato do MPL deixara o Caderno Cotidiano e fora coroado com a capa principal da Folha de São Paulo do dia seguinte. Embora tenha ganho maior visibilidade, o teor da manchete ainda era o mesmo, qual seja, de criminalização dos protestos: “contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e a Paulista” (CONTRA..., 2013). Ainda assim as manifestações continuaram ocorrendo e cada vez maiores. A partir daquele momento o sistema político brasileiro já começava a assistir um novo conflito que tão logo se expandiria, tendo seu contágio atingido diversos setores da sociedade. Àquela altura os protestos de São Paulo já não eram mais coordenados somente pelo MPL. Em entrevista à Folha (12 de junho de 2013, A1), Nina Cappello, uma das organizadoras do ato e integrante do MPL, deu a seguinte declaração: “não temos controle. A manifestação se transformou numa revolta popular” (BERGAMIM JR.; GERAQUE, 2013). A manifestante atribuiu esse efeito à “repressão violenta da polícia”. O clima seguiu tenso, com novos enfrentamentos entre a PM e os manifestantes, como destacou a capa do Primeiro Caderno da Folha de 14 de junho: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos” (POLÍCIA..., 2013).

Com a insistência da austeridade policial – embora alguns políticos como ainda mantivessem o discurso a favor da PM e contra a violência que vinha dos atos –, o prefeito da cidade fizera uma primeira crítica à atuação da corporação militar. O prefeito Haddad (PT) disse que “a imagem que ficou foi a violência da polícia”. Por outro lado, o governador Alckmin (PSDB) afirmou, em rede social, que o governo “não vai tolerar vandalismo”. Interessante notar que, em meio à tensão das manifestações, duas autoridades sem interesse na manutenção daquilo replicaram de forma diferente os acontecimentos. Essas autoridades, de partidos que se

realinharam como as grandes forças políticas após o conflito do *Fora Collor* – PT e PSDB –, percebiam que um novo conflito começava a ganhar os holofotes, mas seu mote ainda não era claro. Essa indefinição tornava difícil o posicionamento dos atores no jogo político.

O contágio de abrangência nacional das mobilizações começou em 15 de junho de 2013, com forte articulação pela internet. O alvo, dessa vez, passara a ser o Distrito Federal. Brasília sediou e estreia da seleção brasileira na Copa das Confederações, um torneio-teste para o país que no ano seguinte seria palco da Copa do Mundo de Futebol. O alto custo dos estádios, a duvidosa competência na gestão desses recursos e o entendimento de subordinação do país perante a entidade máxima do futebol seriam o alvo de parte dos manifestantes. Dentro de campo, o Brasil venceu o Japão com facilidade, por 3 x 0, mas nem o clima de festa interno ao estádio poupou a presidente Dilma Rousseff (PT), que estava presente no jogo, das vaias. Fora de campo o confronto foi intenso, com 30 pessoas detidas segundo a Folha de São Paulo. A capa do jornal refletia a dimensão do que ocorria: “estreia do Brasil tem vaia à Dilma, feridos e presos: presidente é hostilizada três vezes; em protesto antes do jogo” (ESTREIA..., 2013). Um novo conflito se deslocara ao centro do sistema político no Brasil, mas, dessa vez, não ficava claro de que lado os atores estavam, quais atores deslocaram o novo conflito e nem a nova clivagem que os separava.

A escalada da violência policial colaborou para que os protestos abrangessem diversos estados do Brasil, mas não foi necessariamente essa a principal forma de contágio que permitiu a expansão do conflito. As demandas que dividiam o sistema e os repertórios utilizados pelos atores não eram uníssonos, seja por parte dos mobilizados, seja por parte dos atores políticos tradicionais, isto é, pelos partidos, que apenas esporadicamente optaram pelo diálogo. Anarquistas, *black blocks*, grupos contra partidos, militantes de partidos, a força da internet, defensores da volta dos militares etc. estavam nas mesmas mobilizações e desafiavam não só as autoridades tradicionais, mas também a si mesmos. As solicitações eram distintas e pouco era ouvido naquele momento. Contudo, uma clivagem mais geral parecia se sobrepor, a que dividia boa parte da sociedade da classe política. Assim, não importava muito o partido ou a ideologia, pois o conflito expunha um grande descrédito da população em relação à política institucional-partidária como um todo.<sup>10</sup>

As mobilizações diminuíram com um recuo dos governos subnacionais em torno do preço das passagens de ônibus. Ainda que o clamor em torno do valor da passagem já dividisse espaço com tantos outros temas, o ato não deixava de ser uma vitória dos manifestantes. Assim, no dia 20 de junho, alguns governantes voltaram atrás e reduziram o valor da passagem. O discurso da Folha de São Paulo também recuara:

Pressionados pelos atos – pacíficos em sua maioria, mas com episódios de violência de manifestantes e policiais –, o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e os prefeitos Fernando Haddad (PT-SP) e Eduardo Paes

<sup>10</sup>Segundo informações ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro – de 2014, disponíveis em Brigante del Porto (2016, p. 93), o Brasil apresentou, nessa onda, os índices mais baixos de respostas positivas para os seguintes pontos: partido representa a maneira como o eleitor pensa; avaliação dos partidos e; avaliação do Congresso. Ou seja, pouco mais de um ano após as manifestações de 2013 ainda era possível perceber o descrédito da população brasileira em relação aos principais atores da política institucional.

(PMDB-RJ) disseram que a medida [cancelamento das tarifas do transporte] forçará cortes de investimentos públicos (*Folha de São Paulo*, 20 de junho de 2013, A1).

Com o passar do mês de junho, as manifestações rarearam, mas inúmeras perguntas permaneceram sem resposta. Desde que os protestos começaram, várias pessoas tentaram explicá-los, mas poucas dessas análises convergiam. Entretanto, o que ficou claro com o passar do tempo é que o novo conflito instaurado em 2013 ainda não tinha chegado ao fim, pelo menos em relação às suas consequências políticas. Ainda não era possível afirmar sequer de que lado os competidores estavam, nem mesmo quem deslocou o novo conflito e como ocorreu seu contágio e sua expansão. Porém, um indicativo principal já estava disponível, a sinalização de que o novo conflito desafiava a política institucional como um todo.

Buscando responder a algumas demandas das mobilizações, a classe política tentou se organizar. Dilma se reuniu com alguns prefeitos e todos os governadores do país no Palácio do Planalto em 24 de junho (CALGARO; MOTOMURA, 2013), com o objetivo de estabelecer um pacto com a população para tratar de cinco temas: (i) responsabilidade fiscal; (ii) reforma política; (iii) saúde; (iv) transporte público; e (v) educação pública. Porém, os acontecimentos políticos futuros demonstrariam que um pacto entre as elites políticas àquela altura não era mais viável. A partir dali o sistema partidário estava cada vez mais aberto à entrada de novos competidores viáveis no Legislativo, e vivenciou uma disputa ultrapolarizada entre PT e PSDB para o Executivo nas eleições de 2014.

A fragmentação partidária se ampliou, e isso ocorreu com a entrada de competidores que já nasceram viáveis nas eleições. De 2011 a 2013, o TSE deferiu a inscrição de cinco novos partidos<sup>11</sup>, isso sem falar no veto do tribunal à criação, também neste período, da REDE,<sup>12</sup> partido orquestrado pela ex-senadora pelo PT Marina Silva, que concorrera à presidência da república em 2010 pelo PV, e, em 2014, pelo PSB. Apenas neste curto intervalo o número de partidos registrados subiu de 27 para 32, um aumento de 18,5%. Em 2014, 28 partidos conquistaram assento na Casa. Se considerarmos desde as eleições ocorridas em 1990, este é, significativamente, o maior número de partidos da série histórica, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Número de partidos com cadeiras na Câmara dos Deputados: 1990 a 2014

ANO	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Nº PARTIDOS	19	18	18	19	21	22	28

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Nicolau (1998) e dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Contudo, o mais importante é que, em termos eleitorais, alguns desses partidos, que disputaram pela primeira vez eleições para deputado federal, obtiveram sensível êxito. Partidos como o PSD, o SD e o PROS debutaram com atuação eleitoral bastante competitiva, levando

<sup>11</sup>PSD, pedido deferido em 27/09/2011; PPL (Partido Pátria Livre), pedido deferido em 04/10/2011; PEN (Partido Ecológico Nacional), pedido deferido em 19/06/2012; PROS, pedido deferido em 24/09/2013; e SD, pedido deferido em 24/09/2013 (BRASIL, 2014).

<sup>12</sup>Sua criação foi a negada pelo TSE naquele período. Porém, em 22 de setembro de 2015, seu registro foi deferido pelo tribunal.

36, 15 e 11 cadeiras respectivamente. Esse desempenho é significativo quando comparado, por exemplo, com o tradicional DEM, antigo PFL, que levou somente 21 das vagas. Pela Tabela 4, que demonstra as conquistas partidárias na Câmara dos Deputados de 1990 a 2014, pode-se observar como, pelo menos em números absolutos, a última eleição distancia-se das outras na esfera legislativa. Esses dados sugerem que o novo conflito iniciado em junho de 2013 ainda estava realinhando as forças partidárias no país.

Tabela 4 - Conquistas partidárias na Câmara dos Deputados: eleições de 1990 a 2014

PARTIDO	1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PPB/PP	42	8.3%	52	10.1%	60	11.7%	48	9.4%	41	8.0%	44	8.6%	38	7.4%
PMDB	108	21.5%	107	20.9%	83	16.2%	76	14.8%	89	17.3%	78	15.2%	66	12.9%
PDT	46	9.1%	34	6.6%	25	4.9%	21	4.1%	24	4.7%	27	5.3%	19	3.7%
PTB	38	7.6%	31	6.0%	31	6.0%	26	5.1%	22	4.3%	22	4.3%	25	4.9%
PT	35	7.0%	49	9.6%	59	11.5%	91	17.7%	83	16.2%	86	16.8%	69	13.5%
PFL/DEM	83	16.5%	89	17.3%	105	20.5%	84	16.4%	65	12.7%	43	8.4%	21	4.1%
PL/PR	16	3.2%	13	2.5%	12	2.3%	26	5.1%	23	4.5%	41	8.0%	34	6.6%
PCB/PPS	22	4.4%	2	0.4%	3	0.6%	15	2.9%	22	4.3%	12	2.3%	10	1.9%
PDC	3	0.6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCdoB	5	1.0%	10	1.9%	7	1.4%	12	2.3%	13	2.5%	15	2.9%	10	1.9%
PSB	11	2.2%	15	2.9%	18	3.5%	22	4.3%	27	5.3%	35	6.8%	34	6.6%
PSC	6	1.2%	3	0.6%	2	0.4%	1	0.2%	9	1.8%	17	3.3%	13	2.5%
PRN/PTC	40	8.0%	1	0.2%	-	-	-	-	3	0.6%	1	0.2%	2	0.4%
PSDB	38	7.6%	62	12.1%	99	19.3%	70	13.6%	66	12.9%	54	10.5%	54	10.5%
PRS	4	0.8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTR/PP	2	0.4%	36	7.0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PST	2	0.4%	-	-	1	0.2%	3	0.6%	-	-	-	-	-	-
PMN	1	0.2%	4	0.8%	2	0.4%	1	0.2%	3	0.6%	4	0.8%	3	0.6%
PSD	1	0.2%	3	0.6%	3	0.6%	4	0.8%	-	-	-	-	-	-
PV	-	-	1	0.2%	1	0.2%	5	1.0%	13	2.5%	13	2.5%	8	1.6%
PRP	-	-	1	0.2%	-	-	-	-	-	-	2	0.4%	3	0.6%
PRONA	-	-	-	-	1	0.2%	6	1.2%	2	0.4%	-	-	-	-
PSL	-	-	-	-	1	0.2%	1	0.2%	-	-	1	0.2%	1	0.2%
PSDC	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	-	-	-	-	2	0.4%
PAN	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	-	-	-	-
PHS	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0.4%	2	0.4%	5	1.0%
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	8	1.6%	21	4.1%
PSOL	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0.6%	3	0.6%	5	1.0%
PTdoB	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	3	0.6%	1	0.2%
PRTB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0.4%	1	0.2%
PEN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0.4%
PROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2.1%
PSD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	7.0%
PTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0.8%
SD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	2.9%
<b>TOTAL</b>	<b>503</b>	<b>100%</b>	<b>513</b>	<b>100%</b>										

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Nicolau (1998) e Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

As manifestações de junho trouxeram elementos que dialogam criticamente com a condução da política nacional efetuada por parte das autoridades desafiadas. Somente para ficarmos na questão partidária, o número de deputados que se elegeram em 2010 e foram reeleitos em 2014 foi de 199, o que representa 38,8% da Casa. Desses, 17 foram eleitos pelo PSD, 8 pelo SD e 7 pelo PROS, candidatos que correspondem a 47,2%, 53,3% e 63,6% das cadeiras conquistadas por esses partidos, respectivamente. Somando os políticos desses três

partidos debutantes, eles perfazem 16,1% dos deputados reeleitos em 2014. A moda de mudança partidária, conhecida como dança das cadeiras, permanece, mas com uma inovação, pois passou a ser apoiada pela criação de novos partidos. Assim, mais do que o aumento da fragmentação ou a migração partidária, destaca-se a entrada de um número significativo de novos competidores viáveis no sistema político, sugerindo como, neste momento, ele parecia propício a um novo equilíbrio de forças partidárias.

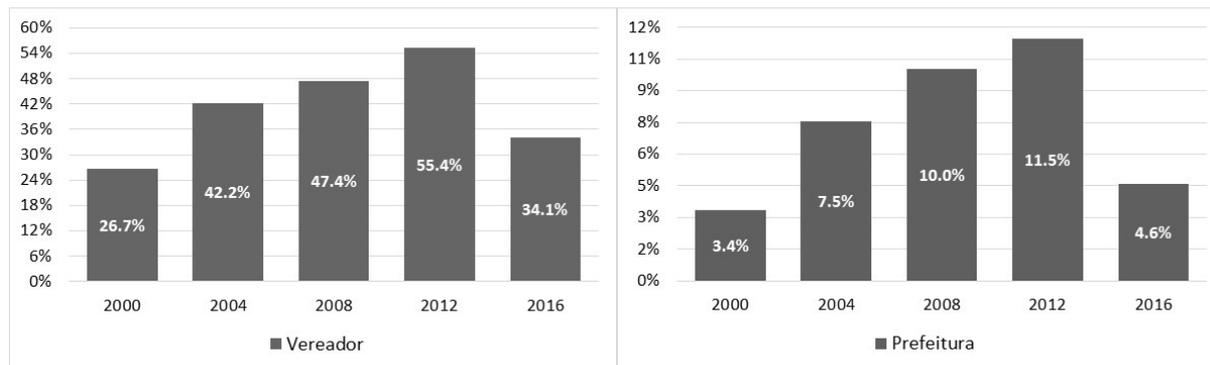
A eleição para presidente também trouxe peculiaridades a partir deste novo conflito que se expandira. Essa tomou uma feição plebiscitária, sendo decidida somente em segundo turno, com margem de votos historicamente reduzida. A candidata à reeleição, Dilma, venceu seu adversário Aécio Neves, do PSDB, com uma diferença de 3 milhões e 400 mil votos, 3,2% dos votos válidos. Durante a campanha, o país acompanhou inúmeras agressões entre os apoiadores aos candidatos. O período foi de turbulência, refletindo o clima de polarização da competição. Ainda que em um aspecto essa eleição tenha repetido o que se vê há algum tempo – pois fora a sexta vez consecutiva que PT e PSDB disputaram a presidência –, o clima pós-eleitoral dessa vez era distinto.

Depois da eleição de 2014, o clima político continuou tenso no país. Numa atitude oposta àquela que ocorrera nas outras disputas, o PSDB não aceitou o resultado das urnas. Conforme destaca Figueiredo (2016), o partido derrotado solicitou recontagem dos votos, colocando em xeque a lisura do pleito. A presidente reeleita e seu partido – PT – firmaram-se como alvo da mídia, de alguns setores organizados da sociedade civil, de partidos adversários e de parcelas significativas da população. Além disso, Dilma teve seguidos problemas de coordenação política, o que tornou sua coalizão instável e difícil de ser gerida (SILVA; VASQUEZ, 2016). Sua situação complicou-se de tal monta que, em abril de 2016, um pedido de *impeachment* fora admitido pela Câmara Federal contra a presidente. O Senado, por seu turno, decidiu pela cassação do mandato da mesma em 31 de agosto de 2016. Porém, diferentemente do que ocorrera no caso Collor, o processo dessa vez não foi unânime. Pelo contrário, dividiu o país, com parcela da população e da política institucional acusando a cassação de ter sido um golpe.

Esse último conflito, iniciado em 2013, parece ainda não ter chegado ao fim. Pelo menos suas consequências ainda não são nítidas. Mas se o realinhamento partidário posterior a esse conflito ainda não se definiu, pelo menos um grande derrotado desse processo já pode ser apontado, o PT. Segundo dados do TSE, o partido, que em 2012 oferecera candidato a prefeito em 35% dos municípios brasileiros, reduziu essa oferta para somente 24% em 2016. Em termos de candidatura para vereador, a redução também foi significativa. Em 2012 o PT lançou candidato à vereança em 92% dos municípios brasileiros. Já em 2016, atuou em 76% das cidades. Seguindo essa tendência, o mesmo ocorreu ao se considerar as conquistas eleitorais do PT nas eleições municipais de 2016. Na Figura 1 é possível verificar todo o crescimento do partido desde o começo dos anos 2000 – acompanhando a consolidação do mesmo como protagonista da política brasileira – até a sua queda vertiginosa na recente disputa local. Tanto em termos de conquista de prefeitura, quanto em relação a municípios nos quais o PT elegeu pelo menos um vereador, o partido perdeu boa parte do lastro acumulado nos últimos anos.

Os dados ainda são iniciais e tratam somente das disputas municipais. No entanto, já

Figura 1 - Conquista eleitoral do PT de 2000 a 2016: vereança e prefeitura



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

dão pistas do tamanho do impacto que o conflito das mobilizações de junho de 2013 causou no sistema político. Especialmente no que diz respeito ao PT, partido que até então – inclusive por consequência dos realinhamentos gerados nos conflitos anteriores – figurava entre os três maiores do país. Porém, para um cenário mais nítido do novo alinhamento partidário que surgirá a partir destas mobilizações, é preciso aguardar pelo menos as eleições nacionais de 2018.

## 6 Considerações finais

O artigo buscou demonstrar que a perspectiva analítica proposta por Schattschneider é frutífera para analisar fenômenos políticos, em especial quando se identifica o deslocamento de um novo conflito ao bojo do sistema político. Esse deslocamento ocorre quando o conflito é capaz de abranger, além dos atores políticos tradicionais, como os partidos, também o público, que, em geral, é somente espectador dos embates políticos do dia a dia.

Conflitos desse porte, até pelo impacto que costumam causar, conformam momentos de crises políticas no sistema em que estão inseridos, crises que, via de regra, são acompanhadas pelo realinhamento de forças dos principais atores institucionais. Essas podem ser identificadas nos três fenômenos aqui investigados: *Diretas Já*, *Fora Collor* e manifestações de junho de 2013. Nos dois primeiros conflitos, foi possível identificar as condições que favoreceram o deslocamento da disputa e as formas de contágio e de expansão. Além disso, pode-se identificar os rearranjos político-partidários que ocorreram após esses conflitos. Porém, quando se trata das manifestações de junho, apesar de se identificar o contágio e a expansão do conflito, outras questões ainda permanecem abertas. Nesse sentido, ainda é difícil identificar as condições contextuais que favoreceram o deslocamento da disputa, os atores originais interessados nesse deslocamento, no contágio e na expansão do conflito, e, ainda, que realinhamento partidário surgiu ao final dele. Apesar disso, um aspecto do balanço de forças pós-manifestações de junho de 2013 já é possível constatar, qual seja, o prejuízo que essa mobilização causou ao PT.

Do ponto de vista metodológico, o artigo apresenta limites por não ter uma sistemática de análise histórica dos eventos que permearam as mobilizações e por apresentar os realinhamentos partidários que as seguiram de forma somente descritiva. Entretanto, o trabalho traz a propositura teórica de compreender esses eventos, cruciais para o sistema político, a partir do conflito, uma

chave analítica que nem sempre é mobilizada. Por se tratar de momentos ímpares que envolvem a participação ativa de diversos setores da sociedade, outras alternativas teóricas, para além das mobilizadas para analisar a política rotineira, podem ser úteis para elucidar esses fenômenos. Para tanto, a obra de Schattschneider é pertinente por levar em conta não só as estratégias de disputa, mas também a tomada de decisão de quando mobilizar um conflito com potencial para alterar o *status quo* e de qual conflito mobilizar.

## Referências

BERGAMIM JR., G.; GERAQUE, E. “É revolta popular, sem controle”, diz movimento. *Folha de São Paulo*, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113653-e-revolta-popular-sem-controle-diz-movimento.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BERGAMIM JR, G. Haddad defende ação da PM para tirar protestos de vias. *Folha de São Paulo*, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113317-haddad-defende-acao-da-pm-para-tirar-protestos-de-vias.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. TSE. *Partidos políticos registrados no TSE*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BRASIL. Presidência Nacional do PMDB. *História do PMDB*. 11 jun. 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yR782WWcNwwJ:pmdb.org.br/institucional/historia/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. Senado Federal. Diários. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=15582>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRIGANTE DEL PORTO, F. Satisfação com a democracia entre os brasileiros no cenário recente (2002-2014). *Debates*, v. 10, n. 3, p. 83-106, 2016.

CALGARO, Fernanda; MOTOMURA, Marina. Dilma quer plebiscito que autorize Constituinte para reforma política. *Uol notícias*, Brasília, 24 jun. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/dilma-anuncia-que-vai-pedir-plebiscito-por-reforma-politica.htm>>. Acesso em: 6 set. 2016.

CONTRA tarifa, manifestantes vandalizam centro e a Paulista. *Folha de São Paulo*, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1293720-veja-as-manchetes-dos-principais-jornais-desta-quarta-feira.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

ESTREIA do Brasil tem vaia à Dilma, feridos e presos. *Folha de São Paulo*, 16 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295987-veja-as>>

manchetes-dos-principais-jornais-e-revistas-deste-domingo.shtml>. Acesso em: 6 set. 2016.

FIGUEIREDO, A. O que deu errado?: não culpemos as instituições. *Folha de São Paulo*, São Paulo, maio 2016.

\_\_\_\_\_; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

KOTSCHO, R. *Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAMOUNIER, B. *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

LATTMAN-WELTMAN, F.; RAMOS, P. de A.; CARNEIRO, J. A. D. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. J. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NICOLAU, J. M. *Dados eleitorais do Brasil, 1982-1996*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

NOVO ato contra tarifa faz até colégio fechar mais cedo. *Folha de São Paulo*, 08 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291959-protesto-contra-tarifa-faz-ate-colegio-fechar-mais-cedo.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

POLÍCIA reage com violência a protesto e SP vive noite de caos. *Folha de São Paulo*, 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1294957-veja-as-manchetes-dos-principais-jornais-desta-sexta-feira.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

POWER, T. J. Optimism, Pessimism, and coalitional presidentialism: debating the institutional design of brazilian democracy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010.

PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. 7 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112751-protesto-contra-aumento-de-onibus-tem-confronto-e-vandalismo-em-sp.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 6 set. 2016.

RODRIGUES, A. T. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHATTSCHEIDER, E. E. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. Hinsdale, Ill.: Dryden, 1975.

SILVA, B. S. DA; VASQUEZ, V. Dilma e o impeachment: consequências da (des)coordenação política. Blog Legis-Ativo, *Jornal Estadão*, abr. 2016.

TATAGIBA, L. F. *Dos significados da “ética na política”*: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.